



**Simulado de Direito Constitucional: Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária
(Quadrix/CREF - 13ª Região (BA-SE)/2018)**

01) Prestará contas pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, cabendo a fiscalização pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Comentário:

CF/88. Art. 70. Parágrafo único. **Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária.**

CF/88. Art. 71. O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

Gabarito: Correto.

(CONSULPLAN/TJ-MG/2018)

02) Os Tribunais de Contas da União, Estados e do Distrito Federal são órgãos auxiliares do Executivo no cumprimento do controle interno do patrimônio e fiscalização dos recursos públicos de referidos entes.

Comentário:

CF/88. Art. 71. O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

Gabarito: Errado.

(CESPE/SEFAZ-AL/2020)

03) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

A competência do Tribunal de Contas da União para julgar as contas dos responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos não abrange as contas do presidente da República.

Comentário:

CF/88. Art. 71. O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

I - **apreciar** as contas prestadas **anualmente** pelo Presidente da República, mediante **parecer prévio** que deverá ser elaborado em **sessenta dias** a contar de seu recebimento;

CF/88. Art. 49. É da **competência exclusiva** do Congresso Nacional:

IX - **julgar** **anualmente** as contas prestadas pelo Presidente da República e **apreciar** os **relatórios** sobre a **execução dos planos de governo**;

Contas do Presidente da República	
TCU	Congresso Nacional
Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República	Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República

Gabarito: Correto.

(CESPE/TRF - 1ª REGIÃO/2017)

04) O controle externo a cargo do Congresso Nacional é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, que possui a atribuição, de natureza jurisdicional, de julgar as contas dos administradores e demais responsáveis pela gestão do dinheiro público.

Comentário:

O TCU **não possui natureza jurisdicional**, mas sim natureza judicante (julgar contas dos administradores públicos).

Art. 71. O **controle externo**, a cargo do **Congresso Nacional**, será exercido com o **auxílio do Tribunal de Contas da União**, ao qual compete:

II - **julgar** as contas dos **administradores** e **demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos** da administração **direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas** e mantidas pelo Poder Público



federal, e as **contas daqueles** que **derem causa a perda, extravio** ou outra **irregularidade** de que resulte **prejuízo ao erário público**;

Gabarito: Errado.

(CESPE/Câmara dos Deputados/2012)

05) O TCU pode, se considerar irregular alguma despesa pública e julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, determinar sua imediata sustação.

Comentário:

CF/88. Art. 72. A **Comissão mista permanente** a que se refere o art. 166, §1º, diante de indícios de **despesas não autorizadas**, ainda que sob a forma de **investimentos não programados ou de subsídios não aprovados**, poderá solicitar à **autoridade governamental responsável** que, no prazo de **cinco dias**, preste os esclarecimentos **necessários**.

§ 1º **Não prestados os esclarecimentos**, ou considerados estes insuficientes, a Comissão solicitará ao **Tribunal** pronunciamento **conclusivo** sobre a matéria, no **prazo de trinta dias**.

§ 2º **Entendendo** o Tribunal **irregular a despesa**, a **Comissão**, se julgar que o gasto possa **causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública**, **proporá ao Congresso Nacional sua sustação**.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/TJ-SP/2019)

06) Ao tratar da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, a Constituição Federal estabelece que os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros com mais de vinte e cinco anos e menos de sessenta anos de idade.

Comentário:

CF/88. Art. 73. § 1º Os Ministros do **Tribunal de Contas da União** serão **nomeados** dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - **idoneidade moral e reputação ilibada**;

III - **notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros** ou de **administração pública**;

IV - **mais de dez anos** de **exercício de função** ou de **efetiva atividade profissional** que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

Gabarito: Errado.

(CESPE/MPE-PI/2018)

07) Caso se omitam no dever legal de comunicar ao Tribunal de Contas da União as irregularidades de que tiverem conhecimento, os responsáveis pelo controle interno dos três poderes da União poderão ser responsabilizados solidariamente com o infrator.

Comentário:

CF/88. Art. 74. § 1º Os responsáveis pelo **controle interno**, ao tomarem conhecimento de qualquer **irregularidade ou ilegalidade**, dela darão **ciência ao Tribunal de Contas da União**, sob pena de **responsabilidade solidária**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCU/2007)

08) A Constituição Federal estabelece que qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU.

Comentário:

CF/88. Art. 74. § 2º **Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato** é parte **legítima** para, na forma da lei, **denunciar irregularidades ou ilegalidades** perante o **Tribunal de Contas da União**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCE-PE/2017)

09) Com base nas peculiaridades administrativas e financeiras locais, as Constituições estaduais poderão prever modalidades de controle diversas daquelas dispostas na Constituição Federal de 1988 (CF), desde que não as contrariem.



Comentário:

CF/88. Art. 75. As **normas estabelecidas** nesta seção **aplicam-se**, no que couber, à **organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal**, bem como dos **Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios**.

STF/ADI 3715

A **Constituição Federal** é clara ao determinar, em seu **art. 75**, que as **normas constitucionais** que conformam o **modelo federal** de organização do **Tribunal de Contas da União** são de **observância compulsória** pelas **Constituições dos Estados-membros**. Precedentes.

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRA-PR/2019)

10) Segundo a CF e a jurisprudência do STF, julgue o item a seguir, concernentes ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à fiscalização orçamentária e financeira.

A fiscalização orçamentária e financeira desempenhada pelo TCU alcança a possibilidade legal de revisão preventiva e prévia da validade de contratos administrativos celebrados pelo Poder Público.

Comentário:

STF/ADI 916

Nos termos do art. 75 da Constituição, as normas relativas à organização e fiscalização do TCU se aplicam aos demais tribunais de contas. **O art. 71 da Constituição não insere na competência do TCU a aptidão para examinar, previamente, a validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.** Atividade que se insere no acervo de competência da função executiva. É **inconstitucional norma local** que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar **exame prévio de validade de contratos** firmados com o poder público.

Gabarito: Errado.